

Princípios de Macroeconomia (resumos para o exame de recurso)

Introdução à ciência Económica

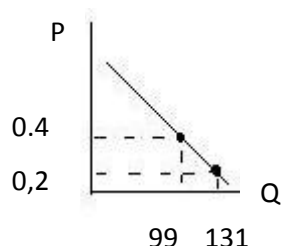
A economia é uma ciência social e divide-se em dois tipos: Macroeconomia que estuda o comportamento agregado ou seja, todo o país (ex: orçamento de estado) e a Microeconomia que estuda o comportamento de uma empresa específica (ex: orçamento da Ajuda).

Sendo a escassez a base de qualquer economia aparecem cinco grandes questões económicas: a pobreza (é central a qualquer economia), o desemprego, as crises energéticas, a Inflação (subida generalizada dos preços) e o défice da balança de pagamentos.

A Economia tem de conseguir responder a perguntas como **o que produzir** (implica uma escolha pois as necessidades são sempre superiores aos recursos), **como produzir** (implica a valorização dos factores de produção e a combinação dos mesmos – actividade de mão-de-obra e de capital), **para quem** (implica a escolha do mercado e é a procura que determina a oferta), **onde produzir** (relacionado com a afectação de recursos podendo ter como objectivo fixar as populações) e **quando** (relacionado com o tempo certo para se produzir – curto ou longo prazo). Por outro lado, as respostas estão relacionadas com a **economia de mercado** (planeamento indicativo. Segundo Adam Smith e a teoria da mão invisível cada mercado tem a tendência para o equilíbrio), **sistema de preços, livre jogo entre a procura e a oferta (1)**, **economia de direcção central e plano imperativo**.

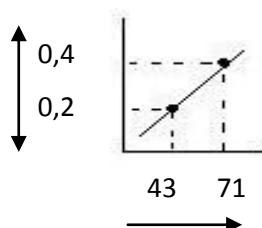
(1) Procura (o consumidor compra) Oferta (o produtor vende)

Gráfico Procura



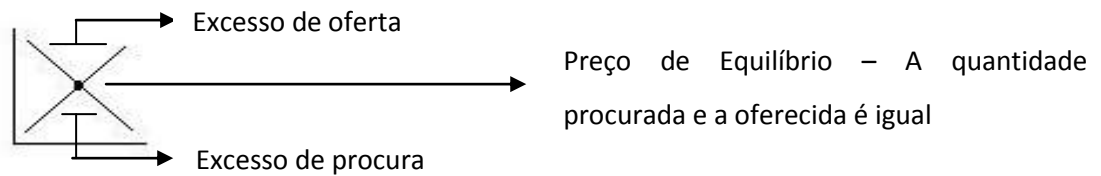
- **Procura** – relação inversa ou negativa porque sempre que o preço sobe a quantidade desce;

Gráfico Oferta



- **Oferta** – O preço sobe a quantidade oferecida também

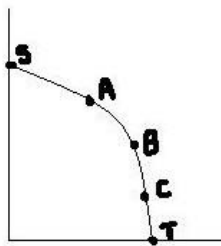
Gráfico Procura e Oferta



Assim surge o problema económico fundamental: Como utilizar de forma eficiente os recursos (escassos) de forma a satisfazer da melhor maneira um conjunto de necessidades (de necessidade desigual).

Com a ideia de recursos escassos e necessidades (ilimitadas) para satisfazer nasce o conceito de **Custo de oportunidade**. Pode definir-se custo de oportunidade como sendo o custo de utilização dos recursos de uma dada forma, medindo em termos do benefício que deixamos de ter, pelo facto de não os utilizarmos numa aplicação alternativa. Temos como exemplo de aplicação a CPP (curva de oportunidades de produção).

Curva das possibilidades de produção



- Economia nacional que tem recursos limitados para dividir entre a produção de dois bens
- Recursos fixos e a tecnologia é um dado constante
- Todos os pontos da curva são pontos de pleno emprego ou seja, todos os recursos estão a ser usados na produção destes bens
- A curva é negativamente inclinada porque como há pleno emprego dos recursos não é possível produzir mais de um bem, sem produzir menos do outro – máxima eficiência produtiva
- As escolhas estão limitadas aos pontos na e dentro da curva
- Os pontos “dentro da curva” são pontos de desperdício de recursos – indesejáveis
- Os pontos no exterior da curva são impossíveis de atingir devido à limitação dos recursos
- A curva é côncava relativamente à origem devido à lei dos custos de oportunidade crescentes

1. **Custos de oportunidades crescentes** – aumento dos custos de oportunidade na obtenção de unidades adicionais do produto x ou seja, para a obtenção de mais produtos x é necessário baixar a obtenção de produtos y.

Investimento e possibilidades de produção no futuro

Os benefícios a longo prazo do investimento incluem uma maior produção no futuro. Deste modo, as decisões que tomamos hoje relativamente a quanto poupar e quanto consumir determinam a forma da CPP no futuro.

Aumentar a capacidade produtiva da economia no futuro tem um custo de oportunidade que é o consumo que sacrificamos no presente.

Características da CPP

- É côncava em relação à origem dos eixos
- Tem inclinação negativa
- Os custo de oportunidade são crescentes

Economia positiva e normativa

A economia positiva vem do pensamento positivo, o qual se baseia em juízos de facto. A economia normativa vem do pensamento normativo, o qual se baseia em juízos de valor.

A ciência económica baseia-se no pensamento positivo mas a Actividade Económica, que se devia basear na Ciência económica é influenciada pelo pensamento normativo.

Carácter Parcial da Economia

A Economia tem de se socorrer de outras disciplinas para explicar a realidade tendo por isso um carácter parcial. Algumas dessas disciplinas são a matemática (facilita a quantificação de dados), a história (mostra a forma como os fenómenos evoluíram) etc.

Metodologia da análise económica

Não podendo utilizar métodos experimentais controlados em laboratório, para isolar certos factores, a ciência económica tem de tentar isolar os efeitos de um determinado acontecimento, procurando determinar o que sucederia se todos os outros factores fossem constantes. **Hipótese *Ceteris Paribus*** (tem como exemplo de aplicação a função da procura).

A Economia recorre assim à observação. Analisa a realidade, formula hipóteses, determina regularidades e relações entre fenómenos e estabelece leis. Estas leis são possíveis de estabelecer para um dado grupo, embora cada um dos indivíduos que o compõe não tenha necessariamente que as verificar.

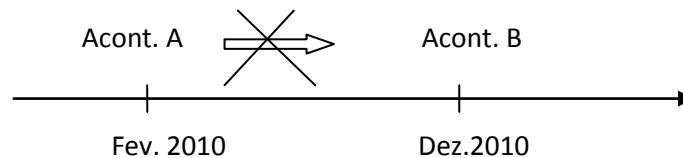
A Economia baseia-se assim na chamada “lei dos grandes números” que diz que os movimentos erráticos de certos indivíduos do grupo (desvios em relação ao “normal”) tendem a anular-se uns aos outros (só tirando a conclusão para um determinado universo). As leis são

causais (baseiam-se numa relação causa/consequência) e condicionais (baseiam-se numa série de hipóteses simplificadoras), não são imutáveis devido a diversos dinamismos (tecnológicos, grupos sociais ...).

Para além das leis temos também os sofismas (erros de raciocínio):

- Sofisma post-hoc

O facto de o acontecimento A se ter verificado antes do acontecimento B não prova que o acontecimento A provocou o acontecimento B.



- Sofisma da composição

Verifica-se sempre que se pensa que aquilo que é verdade para uma das partes também o é, necessariamente, e apenas por esta razão, para o todo (generalização)

- Incerteza da vida económica

As leis económicas verificam-se apenas em média e nunca como relações exactas.

Visão global da macroeconomia e medição da actividade económica

Objectivos da política macroeconómica

- **Produto** – Bens e serviços finais numa economia, em determinado período de tempo, medidos em unidades monetárias. Pode ser medido a preços constantes (deduzir a inflação): real (salário nominal menos a inflação) ou a preços correntes: nominal.
 - Produto potencial: produção máxima sustentável dados a tecnologia, o capital, o trabalho e os recursos disponíveis (aplicação eficiente).
- **Emprego** – Todas as pessoas acima de uma determinada idade que, durante o período de referência, estavam: sem trabalho, actualmente disponíveis para trabalhar ou à procura de trabalho.
 - População activa: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços no circuito económico (empregados e desempregados);

- População Inactiva: Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados nem a cumprir o serviço militar obrigatório;

- Taxa de desemprego: taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa.

Cálculo: Taxa de desemprego = (população desempregada/população activa)x100.

- **Nível de preços** – Índice de preços do consumidor – mede, num dado período, o custo de um cabaz fixo de bens adquiridos por um consumidor médio em relação ao custo do mesmo cabaz e bens e serviços, num dado ano de referência – ano base.

- Taxa de inflação: variação percentual do nível geral de preços

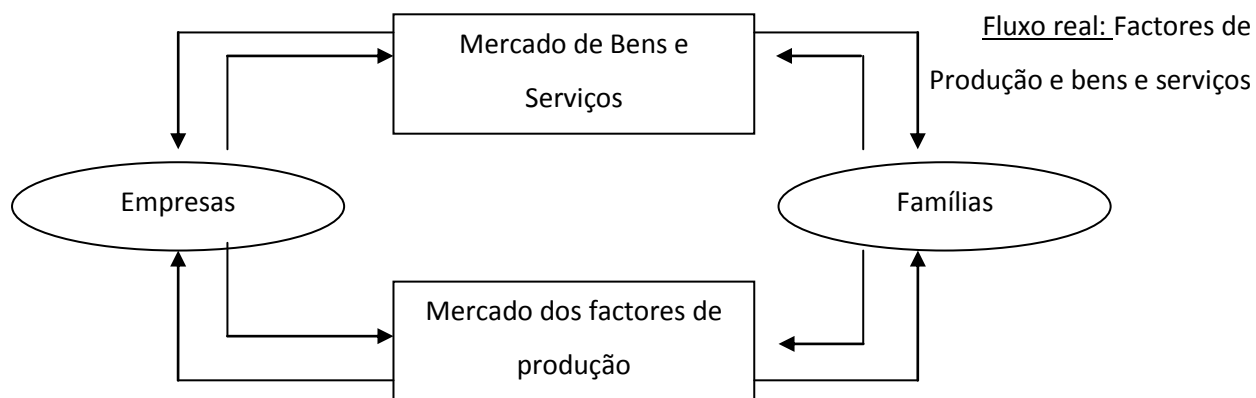
Cálculo: $IPC (ano\ 2) - IPC (ano\ 1) / IPC\ do\ ano\ 1 \times 100$

- Objectivo: produto potencial – aplicação de todos os produtos eficientemente – máximo a atingir –

Política Macroeconómica:

- **Política Orçamental**: Decisões que determinam a quantidade e a composição das despesas e receitas públicas: Gastos (aumento dos gastos públicos faz aumentar a procura agregada – investimento), Transferências do Estado e Impostos.
- **Política Monetária**: Controlo da oferta de moeda para determinar as taxas de juro. Uma baixa da taxa de juro leva ao aumento da procura e concessão de crédito pelos bancos (oferta de moeda). Quando há muita moeda em circulação há um aumento de inflação o que leva a uma diminuição do valor do PIB.
- **Política Estrutural**: Políticas governamentais no sentido de reformar a estrutura subjacente, ou as instituições da economia.

Diagrama de fluxos (Economia simples, fechada sem estado)



Fluxo monetário: Pagamento em moeda pela utilização dos factores de produção e pelos bens e serviços entrada e saída de moeda.

A actividade económica será mais desenvolvida quanto mais rapidamente se desenvolverem os fluxos.

Medição da actividade Económica

Actividade económica: somatória dos actos económicos praticados pelos agentes económicos agregados (famílias, empresas, Estado, exterior e capital).

PIB (Valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos num território durante um determinado período de tempo) **e três ópticas para a sua medição**:

- Óptica do Produto: Valor da produção criada na economia, traduzida pelo somatório do valor de todos os bens e serviços produzidos num período.
- Só os bens e serviços finais são contabilizados.

Dois métodos para evitar o problema da dupla contagem:

1. Método do valor acrescentado – VAB: somatório dos bens finais + G + rle
2. Método dos bens e serviços finais – Somatório do VAB + wg + R

- Óptica do rendimento: Valor da riqueza gerada na economia, traduzida pelo somatório dos salários, lucros, rendas e juros.

DI = C + I (Formação de capital fixo (FBCF= FLCF +A) e variação de existências (ve) + **G + X – M**

- Óptica da despesa: Valor dos bens e serviços adquiridos/consumidos pelos agentes económicos, traduzindo-se no somatório do consumo das famílias, investimento das empresas e gastos públicos do estado.

RI= w + EBE (J + R + L) – EBE (excedente bruto de exploração inclui todos os rendimentos gerados pelos factores produtivos na actividade económica interna, à excepção das remunerações do trabalho (w).

Agregado Líquido e Agregado Bruto

PNB: PNL +A

PNL = PNB – A

Agregado interno e Agregado Nacional

PNB = PIB + RLE

PIB = PNB – RLE

RLE – Rendimentos líquidos do exterior: remuneração que os nacionais recebem do estrangeiro a título de serviço de factores (trabalho e capital – inclui remunerações do

trabalho, rendas, juros e lucros) menos os pagamentos efectuados pelas mesmas razões ao estrangeiro.

Agregados a custo de factores e Agregados a preços de mercado:

PIB a custo de factores:

Inclui apenas os impostos directos e corresponde ao que os produtores pagam aos detentores dos factores produtivos.

PIB a preços de mercado:

Inclui a totalidade dos impostos indirectos (T_d) e os indirectos (T_i) subtraídos dos subsídios à exploração e à importação (Z).

$$\text{PIB pm} = \text{PIB cf} + T_i - Z$$

$$\text{PIB cf} = \text{PIB pm} - T_i + Z$$

Procura e Oferta Global:

- Procura Global = $PI + PE$

$$PI = C + I + G$$

$$PE = X$$

$$\text{PG} = C + I + G + X$$

- Oferta Global = $OI + OE$

$$OI = \text{PIB pm} (C + I + G + X - M)$$

$$OE = M$$

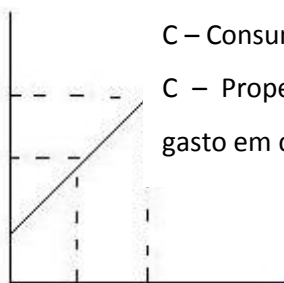
$$OG = C + I + G + X - M + M$$

$$= C + I + G + X$$

$$OG = PG$$

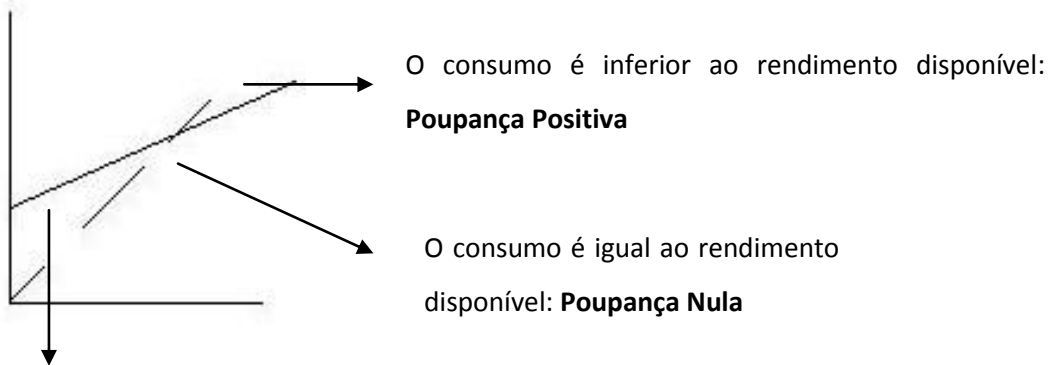
Consumo, Poupança e Investimento

Função Consumo: $\bar{C} + c.Y_d$



\bar{C} – Consumo Autónomo

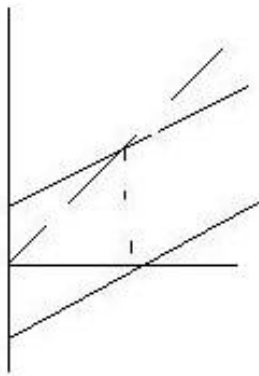
c – Propensão marginal a consumir ($0 < c < 1$) – rendimento gasto em consumo e o resto é poupança



Consumo Superior ao rendimento disponível: **Poupança Negativa**

A função consumo mostra a relação entre as despesas de consumo e o rendimento disponível.

Função Poupança: $\overline{C} + (1-c) Y_d$



- O aumento do rendimento disponível é sempre acompanhado de um aumento da poupança.
- Quanto maior for o rendimento, menor o preço relativo do consumo, maior é a capacidade de poupança

Modelo Keynesiano simples

3 Versões:

1. Sem estado e sem relações externas:

$$A \text{ (procura agregada)} = C + I$$

2. Com estado e sem relações externas:

$$A = C + I + G$$

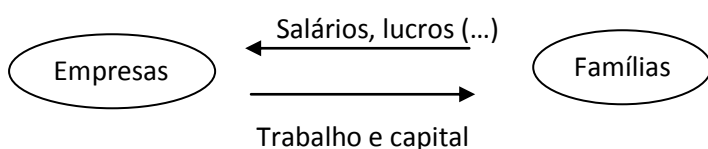
3. Com estado e com relações externas:

$$A = C + I + G + X - M$$

Modelo simples (1)

- $D_p = C + I$
- $C = C + c \cdot Y_d$
- $Y_d = Y$
- $I_p = I$ (o investimento não é influenciado pelo rendimento)

Os fluxos entre os agentes económicos são num modelo simples:



Despesa Planeada e Despesa não planeada:

A despesa agregada efectiva é sempre igual ao nível de produto/rendimento.

$$DESPESA = RENDIMENTO = PRODUTO$$

Mas a despesa efectiva nem sempre corresponde à despesa planeada ou desejada.

O investimento tem duas componentes: O investimento planeado (quando os empresários prevêem fazê-lo ou o investimento não planeado (não se antecipa o investimento). Neste modelo só se encontra presente a parte planeada.

Equilíbrio da Economia:

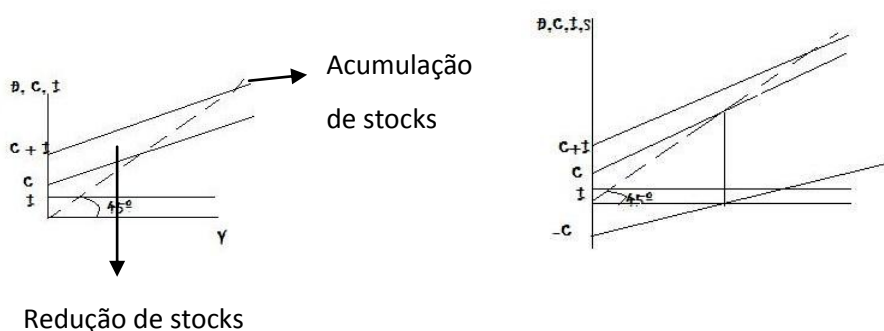
Se $C+I < Y$ (o investimento é superior à produção) existe uma acumulação de stocks ou seja, as empresas têm de reduzir a produção no futuro.

Se $C+I > Y$ (o investimento é menor que a produção) existe uma redução de stocks ou seja, as empresas têm de expandir a produção no futuro.

As equações de equilíbrio deste modelo são:

- $Y = D_p$ (o nível do produto é igual à despesa planeada)
- $S = I_p$ (a poupança é igual ao investimento planeado)

O equilíbrio na economia verifica-se quando a despesa não planeada (variação de existências) é igual a zero, ou seja, quando a despesa planeada é igual à despesa efectiva.



O princípio do multiplicador:

O multiplicador é o número pelo qual a variação do investimento tem de ser multiplicada de modo a determinar a variação resultante do produto total. O valor do multiplicador depende do valor da propensão marginal a consumir. A fórmula do multiplicador neste modelo é:

- **1/ (1-c)** (quanto maior a propensão marginal a consumir maior o efeito do multiplicador)

Modelo Keynesiano (economia fechada com estado)

$$- D_p = C + I + G$$

$$- C = C + c \cdot Y_d$$

$$- Y_d = Y - T + Tr$$

$$- I_p = I$$

$$- G = G$$

As equações de equilíbrio deste modelo são:

$$- Y = D_p \text{ (o nível do produto é igual à despesa planeada)}$$

$$- S = I_p \text{ (a poupança é igual ao investimento planeado)}$$

- $T > G + Tr$ (receitas superiores às despesas – superávit orçamental)
- $T < G + Tr$ (despesas superiores às receitas – défice orçamental)
- $T = G + Tr$ (despesas iguais às receitas)

Ciclo económico: Descendente (diminuição do PIB e do consumo, aumento do desemprego. Com isto o Estado deve aliviar a carga fiscal) Ascendente (aumento do PIB, investimento e produtividade. Os agentes económicos estão dispostos a pagar mais impostos sem reagirem negativamente).

Multiplicadores:

1. **Considerando adicionalmente que:** $Tr = Tr$ e $T = T$ (impostos constantes)

$$Y = \frac{C - cT + cTr + I + G}{1 - c}$$

2. **Considerando adicionalmente que:** $Tr = Tr$ e $T = T + tY$ (sendo T os impostos directos e t os impostos indirectos)

$$Y = \frac{C - cT + cTr + I + G}{1 - c(1 - t)}$$

Modelo Keynesiano (economia aberta com estado)

$$- D_p = C + I_p + G + X - M$$

$$- C = C + c \cdot Y_d$$

- $Y_d = Y - T + Tr$
- $I_p = I$
- $G = G$
- $X = X$
- $M = M + mY$ (m é a propensão marginal para a importação)

Multiplicadores:

$$Y = \frac{C - cT + cTr + I + G + X - M}{1 - c(1 - t) + m}$$

Finanças públicas

As finanças públicas apresentam o confronto entre as despesas do Estado, não só em bens e serviços mas, também, em investimento e transferências públicas e as suas receitas, que consistem, essencialmente, nos impostos e contribuições para a segurança social.

Definição e funções do Orçamentos de Estado:

Orçamento de estado é um conjunto de previsões e gastos (que tem de ser confrontado com a previsão das receitas) a fazer durante um ano com a realização dos diferentes projectos integrantes dos vários sectores da Administração pública. Tem como **funções**: afecção de recursos (o Estado apropria-se de recursos sociais e utiliza-os para a satisfação directa das necessidades públicas), distribuição e redistribuição de rendimento (processo de utilização e distribuição desses recursos sociais e com a sua aplicação que produz efeitos sobre a criação e redistribuição da riqueza entre os membros da sociedade), estabilização (o Estado pode contribuir para a manutenção de um nível satisfatório de actividade económica assegurando a expansão com equilíbrio, a melhor utilização dos recursos e a estabilidade da moeda e crescimento (o Estado pode também contribuir para o aumento do potencial produto nacional ou poderá garantir a manutenção ou expansão de crescimento de todo o sistema económico).

Despesas e receitas do Orçamento de Estado:

Despesas

1. Despesas correntes – as despesas que o Estado faz no decurso de determinado ano e que se esgotam nesse mesmo ano (despesas com vencimentos de funcionários públicos ou a aquisição de bens não duradouros etc.)

2. Despesas de Capital – despesas realizadas num determinado ano mas cujos efeitos se prolongarão nos períodos seguintes (construção e compra de bens duradouros ou compras de acções etc.)

O aumento das despesas públicas implica sempre uma subida da procura global da economia e tem geralmente impacto positivo no acréscimo de consumo desde que haja possibilidade de resposta ao nível da capacidade produtiva instalada. A oscilação das despesas tem assim um enorme peso no PIB.

As despesas públicas têm como **efeitos**: sobre a produção (há despesas com carácter meramente produtivo – produção de serviços não mercantis – e outras de carácter reprodutivo. despesas que aumentam a capacidade produtiva do país) e sobre o rendimento (subdividindo-se: nas que criam rendimento (através da actividade produtiva dos serviços não mercantis do sector público) ou transferência que contribuem para a redistribuição de rendimento criado noutros sectores produtivos)).

Receitas

Face às suas despesas o Estado tem a possibilidade de obter receitas ... Receitas que podem ser de dois tipos:

1. Receitas patrimoniais ou voluntárias: resultam da negociação entre os particulares e o Estado (vendas de parte do património do Estado, as rendas cobradas por outra parte do património etc.)

2. Receitas coercivas ou obrigatórias: não são objecto de nenhuma negociação mas sim da imposição do poder deliberativo do Estado (taxas cobradas para prestação de alguns serviços):

- Impostos – “Preço que temos de pagar por uma sociedade civilizada” ou seja, a principal forma do Estado se apropriar dos recursos das famílias e das empresas privadas para cobrir as necessidades públicas, transformando os bens privados em bens colectivos. Podem ser: **Directos** (incidem directamente sobre o rendimento dos indivíduos – IRS e IRC) e **Indirectos** (são de fácil tributação porque incidem sobre bens e serviços).
- Contribuições para a Segurança Social – Pagas pelas empresas de factor produtivo de trabalho e ainda a parte que é da responsabilidade dos próprios empregados.

Saldos e Défices Orçamentais:

O Orçamento de Estado é um dos indicadores adequados para caracterizar a situação económica dos países porque reflecte a evolução do rendimento e pode ser alterado.

- Saldo orçamental corrente – diferença entre receitas correntes (impostos) e as despesas correntes (juros pagos)

- Saldo orçamental convencional ou global – diferença entre o total de receitas (excluindo a emissão da dívida pública) e o total de despesas (excluindo as amortizações da dívida)

- Saldo orçamental primário – quando retiramos do saldo global as despesas com o pagamento de juros da dívida pública

- Saldo orçamental corrigido da inflação – Corresponde à diferença entre o saldo convencional e a parcela dos juros que se destina a combater os efeitos da inflação num dado ano

- Saldo orçamental estrutural – saldo que se obteria se a economia estivesse a funcionar sem desperdício de capacidade produtiva

- Saldo orçamental corrigido das flutuações cíclicas – A diferença entre o saldo efectivo (reflecte a realidade) e o saldo estrutural.

Comércio Externo e Balança de Pagamentos

A balança de pagamentos tem como constituintes as exportações (x) e as importações (m) ($x - m$).

As relações com o exterior são uma nova componente da actividade económica e com isso deixou de existir economias fechadas (em autarcia). São vários os fluxos que são trocados entre os países (mercadorias, serviços, capitais – investimentos nas bolsas estrangeiras – etc.).

O comércio internacional e os fluxos de capitais têm assumido uma importância crescente ao longo dos últimos anos (principalmente depois da segunda guerra mundial). O comércio internacional e os fluxos de capitais registaram taxas de crescimento muito superiores à produção global que é gerada.

A balança de pagamentos é, por definição, equilibrada, isto é, o seu saldo é zero. Se por acaso não for (neste caso menor que zero):

- Recorrer a reservas cambiais (aquilo que o país possui em curso e moeda estrangeira)

- Recorrer a empréstimos externos.

Balança de pagamentos:

A balança de pagamentos tem como finalidade medir as transacções que se desenvolvem na economia portuguesa, considerada como um todo, e o exterior. Com isto levanta-se a diferença entre residentes e não-residentes. **Residentes** são todos aqueles que se encontram sob o acompanhamento das autoridades nacionais e **não-residentes** são aqueles cuja actividade está sob o acompanhamento exterior.

A Balança de pagamentos é composta pela balança corrente e a balança de capitais tendo assim várias componentes:

- Balança comercial – No caso português tem sido deficitária significando que o sector exportador não tem capacidade competitiva para contrabalançar o crescente aumento do valor das importações;
- Balança de serviços
- Balança de rendimentos – regista as transferências para Portugal de rendimentos activos que os portugueses possuam no estrangeiro o contrário;
- Balança de transferências unilaterais
- Balança de capitais – aquilo que os cidadãos têm investidos no estrangeiro;
- Balança financeira – empréstimos ou reservas cambiais (contrabalança para se alcançar o resultado esperado – 0);
- Erros Omissões.

É através destas balanças que se define o crédito (permite ao país ganhar divisas ou ouro – valor positivo) e o débito (envolve despesas de divisas ou saída de ouro).

As balanças podem ter cinco registos – mercadorias, serviços e rendimentos, transferências correntes, transferências de capital e investimentos, créditos e activos.

Taxas de câmbio:

A taxa de câmbio de uma moeda estrangeira é o número de unidades de moeda estrangeira que temos de dar para obter uma unidade de nossa moeda.

Moeda e política monetária

Funções da moeda (activo monetário mais liquido)

- Unidade de conta – a moeda expressa os valores dos bens e serviços, mede o seu valor;
- Meio de troca – é aceite por todos e serve para liquidar qualquer dívida;
- Reserva de valor – a retenção de moeda por tempo indeterminado assegura a capacidade de adquirir bens ou serviços no futuro.

Formas monetárias:

- Moeda metálica (visionária)
- Papel-moeda (quando o banco central do país determina o curso forçado – obrigação da aceitação deste tipo de moeda)
- Moeda escritural ou bancária.

Agregados monetários:

Os agregados monetários são indicadores que permitem contabilizar a quantidade de moeda na posse do público, sendo classificados de acordo com o seu grau de liquidez (facilidade de conversão da moeda).

- **Moeda para transacções**

$$M1 = C + DO$$

M1 é a moeda em sentido restrito – consiste nos meios imediatos de pagamento.

C é a circulação monetária (C) e inclui as notas e moedas emitidas pelo banco central que não se encontra nos bancos.

DO são os depósitos à ordem e outros depósitos mobilizáveis por cheque (moeda bancária)

- **Moeda em sentido lato**

$$M2 = M1 + DP$$

DP são os depósitos a prazo (menos de dois anos) e de poupança de activos similares que são substitutos quase perfeitos da moeda para transacções (não estão imediatamente disponíveis são facilmente convertidos em depósitos à ordem (quase moeda)).

Procura de moeda:

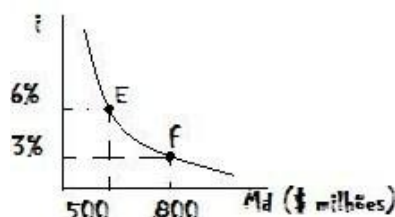
“Quantidade de riqueza que os agentes de uma economia desejam ter, sob a forma de moeda” tendo três motivos de base:

- Transacções de bens
- Precaução (poupar)
- Especulação (expectativas de valorização)

A procura de moeda é determinada pelo rendimento do produto real – PIB real (se o PIB aumenta, aumenta também a procura de moeda), pelo nível geral de preços e pela taxa de juro nominal – i (custo de oportunidade de possuir moeda).

Procura de moeda:

$$M_d = kY - h_i$$



M_d – procura de moeda

kY – rendimento (transacções + precaução – depende do PIB)

h_i – motivo de especulação (depende da taxa de juro)

K (propensão de moeda por transacção) – var. M_d / var. Y (relação directa)

H – var. M_d / var. i (relação inversa)

Movimentos ao longo da curva e deslocações da curva:

Na curva – depende da variação da taxa de juro. A taxa de juro leva à diminuição da procura de moeda e vice-versa.

Da curva – depende da variação do PIB. Um aumento do rendimento vai levar a uma deslocação da curva para a direita.

Multiplicador do crédito:

O multiplicador do crédito ou multiplicador monetário (valor teórico e máximo) é igual ao inverso da taxa de reserva. A taxa de reserva pode ser legal (quando o Estado e banco Central impõem ao banco) ou não legal (quando o banco faz por conta própria (precisões). Quanto menor é a taxa de reserva legal, maior é o potencial de expansão da oferta de moeda. A obrigatoriedade de reserva limita o potencial de criação de moeda.

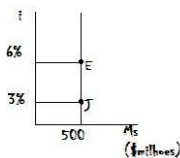
$$Mc = 1 / r$$

Os instrumentos da política monetária:

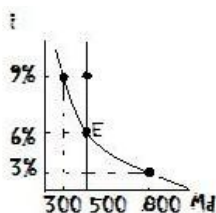
- Operações de mercado aberto
- Taxa de juro aplicada aos empréstimos que as IFMs pedem ao banco central
- Taxa de reserva legal

São instrumentos que incidem directamente sobre a base monetária, exercendo um efeito de quantidade, pelo controlo das reservas que as IFMs utilizam para expandir a nossa moeda e ainda um efeito de preços, ao nível das taxas de juro que se aplicam aos empréstimos do Banco Central às IFMs e que se repercutem no mercado monetário e em todo o sistema financeiro.

A oferta de moeda:



Equilíbrio no mercado monetário:



Procura e Oferta agregada

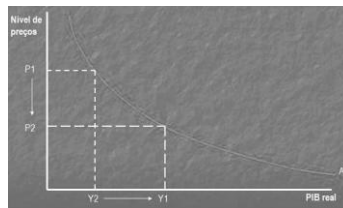
1- Procura

A procura Agregada é igual à despesa agregada planeada em bens e serviços finais durante um determinado período de tempo, dado um nível de preços e vai coincidir com o PIB pm.

$$PA = C + I + G + (X - M)$$

A curva da procura agregada vai relacionar a despesa com o nível de preços:

Se os preços aumentam, o produto nominal (influenciado pelos preços correntes/inflação) aumenta mas o produto real (considerado a preços constantes e que traduz o crescimento económico) pode diminuir.



Quanto maior for a inflação, menor o valor do PIB (gerando uma perda do poder de compra) - um aumento da inflação vai levar a um aumento do PIB nominal mas a uma diminuição do PIB real. Há uma ilusão monetária em que se pensa de forma errada que uma maior quantidade de moeda significa maior riqueza.

A curva tem uma inclinação negativa uma vez que é influenciada pela inflação:

- Nível de Preços e Consumo "efeito riqueza" – um aumento da inflação leva, como já foi dito, a uma diminuição do PIB real pela diminuição do poder de compra mas o PIB nominal aumenta pela ilusão monetária.
- Nível de Preços e Investimento "efeito taxa de juro" – quanto maior a inflação, maior a taxa de juro, o que faz reduzir a capacidade de investimento.
- Nível de Preços e Exportações Líquidas "efeito comércio externo" – quanto maior a inflação, menor a competitividade já que o aumento dos preços leva à estagnação do comércio com o exterior.

Deslocações da Procura Agregada

As deslocações da curva da procura agregada ocorrem sempre que existem modificações de factores que não o preço, pois este apenas provoca deslocações ao longo da curva. Como factores que fazem deslocar a curva da procura agregada temos:

- Variáveis Políticas/Monetárias:

Política Monetária – oferta de moeda e taxa de juro (uma baixa da taxa de juro leva ao aumento da procura e a concessão de crédito pelos bancos é a oferta de moeda)

Política Orçamental – gastos e impostos (o aumento dos gastos públicos faz aumentar a procura agregada – investimento).

- Variáveis Exógenas:
Valor dos Activos;
Progresso Tecnológico;
Rendimento Externo (remessas de emigrantes);
Outros (confiança, expectativas...)

2- Oferta

A oferta agregada é o produto total (bens e serviços) que os agentes económicos estão dispostos a produzir e vender durante um determinado período de tempo (normalmente um ano) dado um nível de preços.

A curva da oferta agregada (AS) é uma função que mostra o nível do produto que será produzido para cada nível de preços, mantendo-se tudo o resto constante.

No curto prazo tem inclinação positiva e no longo prazo é vertical.

A oferta agregada é influenciada pelo nível de preços que, quanto maior for, maior será a oferta agregada.

Quanto mais se tenta controlar a inflação, menor o estímulo dado às empresas e menor a oferta agregada.

Se os preços aumentam, o PIB real também aumenta até atingir o produto potencial. Depois do produto potencial, o PIB real aumenta menos proporcionalmente que o aumento dos preços, até ao ponto em que é vertical e o PIB real já não cresce.

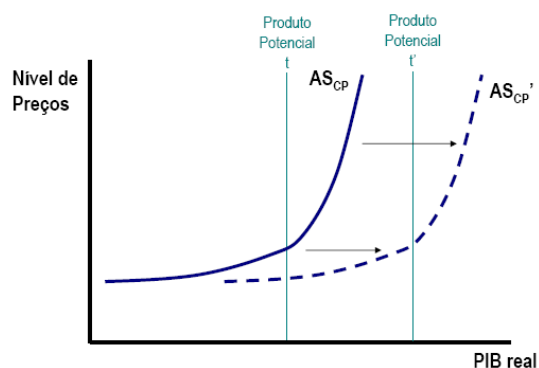
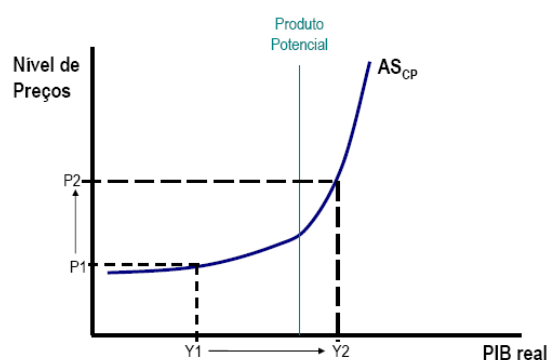
Determinantes da Oferta Agregada

→ Produto Potencial

O produto potencial é um limite à expansão da capacidade produtiva, é a capacidade máxima que uma Economia tem de gerar riqueza. E é influenciado por:

- Quantidades Oferecidas dos Factores de Produção (L,K) – o crescimento dos factores de produção aumenta o produto potencial e a oferta agregada;
- Tecnologia e Eficiência

Um aumento do produto potencial leva a uma deslocação



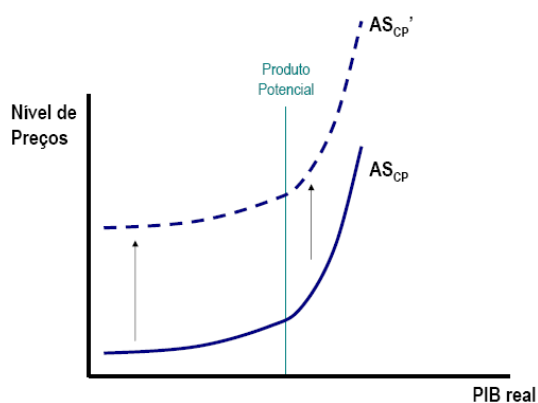
da curva da oferta agregada (AS) para a direita. Assim, ao mesmo nível de preços, o a quantidade de produto oferecida é maior, aumentando o PIB real.

→ Custo de Produção

Os custos de produção são influenciados pelos salários, preços de importação e custos de outros factores.

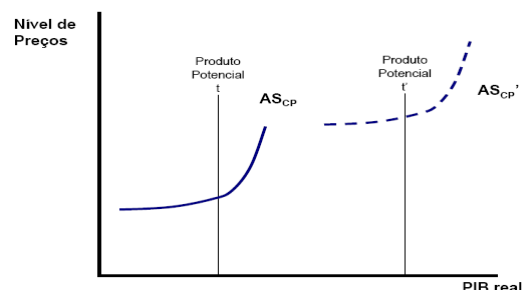
Se os preços de importação estão elevados, valoriza-se a moeda para fazer para diminuir os preços de importação. Contudo, a valorização também deixa as exportações mais

caras, levando à sua diminuição. Por consequência o desemprego aumenta.



O aumento dos custos de produção para um dado produto potencial fazem deslocar a curva da oferta agregada (AS) para cima – as empresas estão dispostas a oferecer um dado nível de produto se o nível de preços for superior.

Efeito Combinado do Aumento dos Custos e Crescimento do Produto Potencial



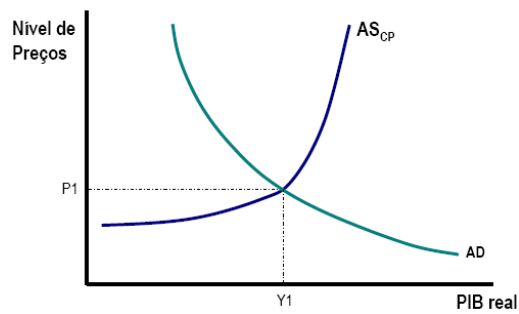
O aumento do produto potencial (limite sem disparar a inflação) leva a um aumento do PIB real e permite o crescimento de forma mais equilibrada.

A estimulação da oferta leva ao salto do produto potencial.

Deslocações da Curva da Oferta Agregada

- No curto prazo, a curva da oferta agregada pode aumentar/diminuir pelo:
- Aumento /diminuição nos preços dos recursos (custos de produção);
- Expectativas de redução/aumento do nível de preços;
- Choques de oferta favoráveis/desfavoráveis ligados por exemplo ao bom/mau tempo.
- No longo prazo, a curva da oferta agregada pode aumentar/diminuir pelo:
- Aumento/diminuição dos recursos (factores de produção);
- Melhoria/deterioração na tecnologia e produtividade;
- Mudanças institucionais que aumentam/reduzem a eficácia no uso dos recursos.

Equilíbrio macroeconómico no curto prazo



A interacção entre a procura e a oferta agregadas resulta num equilíbrio. O produto e o nível de preços estabelecem-se no nível de preços que iguala as quantidades que os agentes económicos estão dispostos a comprar com as quantidades de bens e serviços oferecidas numa Economia.

Se no curto prazo está condicionada por custos fixos e variáveis; no longo prazo a oferta agregada pode ajustar-se e é coincidente com o produto potencial, não sendo influenciada pela inflação.

O equilíbrio macroeconómico verifica-se quando a oferta agregada é igual à procura agregada e existem 2 conceitos a este respeito, um baseado no modelo clássico e outro no modelo keynesiano.